LEI MUNICIPAL Nº 681/2006, de 16-08-06.

DEFINE AS ATIVIDADES INSALUBRES E PERIGOSAS PARA EFEITOS DE PERCEPÇÃO DO ADICIONAL CORRESPONDENTE, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ALVORI DA SILVA KUHN - PREFEITO MUNICIPAL DE MORMAÇO, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER que o **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL** aprovou e eu sanciono a seguinte **LEI**:

Art. 1º - São consideradas atividades **INSALUBRES** para efeitos de percepção do adicional previsto no Título V, Capítulo II, Seção II, Subseção III da Lei Municipal nº 644/2005, de 07-12-2005 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Mormaço, as abaixo relacionadas, classificadas conforme o grau:

I – INSALUBRIDADE EM GRAU MÁXIMO:

- a) Coleta e industrialização de lixo urbano;
- b) Trabalhos em contato permanente com esgotos;
- c) Trabalhos em contato permanente e exclusivo com pacientes em isolamento por doenças infecto-contagiosas, bem como objetos de seu uso não previamente esterilizados;
- d) Atividades em contatos permanentes com carnes, glândulas, vísceras, sangue, ossos, pêlos e dejeções de animais portadores de doenças infecto-contagiosas (carbunculose, brucelose, tuberculose);
- e) Manipulação ou manuseio de óleos minerais, óleo queimado, graxas e parafina;
- f) Pintura a pistola com esmaltes, tintas, vernizes e solventes contendo hidrocarbonetos aromáticos;
- g) Trabalho em britadores de rochas ígneas contendo sílica livre acima dos limites permitidos previstos na legislação da Portaria nº 3.214 de 08-06-1978.

II – INSALUBRIDADE EM GRAU MÉDIO:

- a) Pintura a pincel com esmaltes, tintas vernizes e solventes contendo hidrocarbonetos aromáticos;
- b) Trabalhos em contato com pacientes, bem como manuseio de objetos de seu uso, não previamente esterilizados, em estabelecimentos destinados aos cuidados da saúde humana;
- c) Trabalhos em contato permanente com substâncias químicas de uso agrícola;
- d) Exumação de corpos (cemitério);
- e) Atividades de solda;
- f) Trabalhos em contato permanente com álcalis cáusticos;
- g) Atividades permanentes executadas em locais alagados ou encharcados, com umidade excessiva;
- h) Atividades permanentes executadas em câmara fria;
- i) Trabalhos permanentes com Raio “X” .

III – INSALUBRIDADE EM GRAU MÍNIMO

- a) Trabalhos de carregamento, descarregamento ou remoção de enxofre ou sulfitos, em sacos ou a granel;
- b) Trabalhos que envolvam a utilização de Diclorodifluormetano (Freon 12).

Art. 2º - São atividades e operações **PERIGOSAS** para efeitos de percepção do adicional previsto no Título V, Capítulo II, Seção II, Subseção III, da Lei Municipal nº 644/2005, de 07-12-2005 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Mormaço, as abaixo relacionadas:

- I** - Armazenamento, carregamento e transporte de explosivos;
- II** - Detonação com explosivos, inclusive as verificações de detonações falhadas;
- III** - Operação de escorva dos cartuchos de explosivos;
- IV** - Operação de bombas de abastecimento de inflamáveis líquidos;
- V** - Transporte de vasilhames (em caminhões de carga), contendo inflamável líquido, em quantidades iguais ou superiores a 200 (duzentos) litros;
- VI** - Instalação, substituição e reparos de cruzetas, relé e braço de iluminação pública, desde que afixados nos postes de redes de linhas de alta e baixa tensão integrantes de sistemas elétricos de potência, energizadas ou desenergizadas, mas com possibilidade de energização;
- VII** - Transporte de vasilhames contendo inflamável gasoso em quantidade igual ou superior a 135 Kg.

Art. 3º - É exclusivamente suscetível de gerar direito à percepção do adicional de insalubridade e periculosidade de modo integral, o exercício, pelo servidor, de atividade constante dos artigos 1º e 2º desta Lei em caráter habitual e em situação de exposição contínua ao agente nocivo ou perigoso.

§ 1º - O trabalho em caráter habitual e permanente, em no mínimo metade de sua jornada de trabalho, com exposição a agentes nocivos ou condições perigosas, dará direito à percepção de adicional de insalubridade ou de periculosidade conforme o caso.

§ 2º - O trabalho em caráter eventual ou casual, menor que a metade da jornada de trabalho, com exposição a agentes nocivos ou condições perigosas, não dará direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade conforme o caso.

Art. 4º - Cessará o pagamento do adicional de insalubridade e periculosidade quando:

I - A insalubridade ou periculosidade for eliminada ou neutralizada pela utilização de equipamento de proteção individual ou adoção de medidas que conservem o ambiente dentro dos limites toleráveis e seguros;

II - O servidor deixar de trabalhar em atividades insalubres ou perigosas;

III - O servidor negar-se a usar o equipamento de proteção individual.

§ 1º - A eliminação ou neutralização da insalubridade ou periculosidade nos termos do inciso I deste artigo, será baseada em Laudo técnico de perito.

§ 2º - A perda do adicional, nos termos do inciso III deste artigo, não impede a aplicação da pena disciplinar cabível, nos termos do Regime Jurídico dos Servidores do Município.

Art. 5º - Para as contratações efetuadas com base no **Título VIII – DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - , Capítulo Único**, da Lei Municipal nº 644/05, de 07-12-2005 – **REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE MORMAÇO-RS**, os adicionais de Insalubridade ou Periculosidade incidirão sobre o valor do salário constante do contrato, limitado ao valor do Padrão 7, do Quadro de Cargos e Funções Públicas do Município de Mormaço, Lei Municipal nº 519/2002, de 12-12-2002, em seu artigo 24, I, na classe “A”.

Art. 6º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 205/96, de 06-03-1996.

Art. 8º - Esta **LEI** entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL,
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MORMAÇO, RS,
Em 16 de agosto de 2006.

JOSÉ ALVORI DA SILVA KUHN
PREFEITO MUNICIPAL